

**PORTARIA Nº 098/2008/GBSES.**

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais previstas no inciso II, Artigo 71 da Constituição Estadual e;**

**CONSIDERANDO o disposto nos artigos 198 e 200 da Constituição Federal de 1988;**

**CONSIDERANDO a Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;**

**CONSIDERANDO os termos da Portaria – MS 3.908, de 30 de outubro de 1998, NOB-NOST-SUS, que estabelece procedimentos para orientar e instrumentalizar as ações e serviços de saúde do trabalhador no Sistema Único de Saúde;**

**CONSIDERANDO a NOB/SUS/RH/2005 do Ministério da Saúde e do Conselho Nacional de Saúde, que estabelece os princípios e diretrizes para a Gestão do trabalho no SUS, em especial das Comissões Locais de Saúde Ocupacional do Trabalhador do SUS;**

**CONSIDERANDO os termos da Portaria 3.214, de 08 de junho de 1978, que aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, em especial:**

**A NR 05 que dispõe sobre a constituição da CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, por órgãos da administração direta e indireta entre outros;**

**A NR 09 que estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA;**

**A NR 32 que tem por finalidade estabelecer as diretrizes básicas para a implementação de medidas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores em estabelecimentos de assistência à saúde, bem como daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral;**

**CONSIDERANDO a Lei Complementar 22, de 09 de novembro de 1992, que institui o Código Estadual de Saúde do Estado de Mato Grosso;**

**CONSIDERANDO o disposto na Portaria – MS 3.120, de 1º de julho de 1998, que aprova a Instrução Normativa da Vigilância em Saúde do Trabalhador do SUS;**

**CONSIDERANDO o Plano de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (2006 a 2026), eixo Qualidade de Vida, Cidadania, Cultura e Segurança;**

**CONSIDERANDO as deliberações da 3ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, realizada em março de 2006, em Brasília;**

**CONSIDERANDO o Plano de Ação da SGP/SES, que visa o desenvolvimento das Diretrizes do Pacto e as responsabilidades na Gestão do Trabalho, aprovado pela Resolução CIB n. 068, de 21 de setembro de 2007;**

**CONSIDERANDO a Portaria nº 3.093, de 04 de dezembro de 2007, do Ministério da Saúde, que Homologa os Termos de Compromisso de Gestão - TCG e publica os Termos dos Limites Financeiros Globais - TLFG de Municípios dos Estados de Alagoas, Bahia, Goiás e Roraima e dos Estados de Mato Grosso, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Roraima, homologados pela Comissão Intergestora Tripartite – CIT;**

**CONSIDERANDO o Plano Estadual de Segurança e Saúde do Trabalhador do Estado de Mato Grosso/CEREST/SUVSA.**

**R E S O L V E:**

**Art. 1º Criar as Comissões Locais de Saúde do Trabalhador – CLST's, no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde - SES/MT, com a finalidade de prevenir acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar permanentemente compatível o trabalho com a prevenção de doenças e a promoção da saúde do trabalhador.**

**Art. 2º As Comissões Locais de Saúde do Trabalhador deverão seguir os parâmetros e dimensionamentos constantes no Regimento Interno.**

**Art. 3º Fica aprovado o Regimento Interno das Comissões Locais de Saúde do Trabalhador, na forma do anexo que integra esta Portaria**

**Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.**

**Registrada, Publicada, CUMPRA-SE.**

**Cuiabá, 14 de julho de 2008.**

  
**AUGUSTINHO MORO**  
*Secretário de Estado de Saúde*

# **REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO LOCAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR**

## **CAPÍTULO I Da Organização e Objetivos**

**Art. 1º** As unidades da SES/MT, no Nível Central, Desconcentradas e Regionalizadas deverão instituir sua Comissão Local de Saúde do Trabalhador – CLST, devendo ainda garantir seu funcionamento, sua integração e efetivação na política de segurança e saúde do trabalhador do Estado.

**Art. 2º** Quanto ao objetivo das CLST: Promover a saúde dos trabalhadores do SUS e usuários no local de trabalho, visando ultrapassar a prevenção de acidentes, com propósito de atuar no conjunto de fatores que agem direta ou indiretamente sobre a saúde dos trabalhadores, assegurando a participação desses nas decisões que envolvam a garantia de boas condições individuais e coletivas de trabalho na área da saúde.

**Art. 3º** Quanto à Composição, Organização e Funcionamento das CLST:

**I** – Serão formadas por representantes titulares e suplentes eleitos dentre os trabalhadores efetivos da unidade;

**II** – O número de representantes mínimos por unidade obedecerá aos parâmetros e dimensionamentos constantes do Anexo I deste Regimento;

**III** – As reuniões ordinárias ocorrerão mensalmente, durante o horário de expediente da unidade, em local apropriado e de acordo com calendário preestabelecido. As reuniões serão abertas a todos os interessados e as decisões serão por consenso;

**IV** – Das decisões proferidas nas reuniões ordinárias caberá pedido de reconsideração, mediante requerimento justificado, apresentado até a próxima reunião ordinária, quando será analisado, devendo o Presidente e o Vice-Presidente efetivarem os encaminhamentos necessários;

**V** – As reuniões extraordinárias serão realizadas:

- a) Quando houver denúncia de situação de risco grave e iminente (que afete a saúde do trabalhador) que determine aplicações de medidas corretivas de emergência;
- b) Ocorrer acidentes de trabalho grave ou fatal;
- c) Investigar os acidentes do trabalho (trajeto, típico e doenças relacionadas ao trabalho) ocorridos no setor;
- d) Houver solicitação expressa de uma das representações.

**Parágrafo Único.** Das reuniões ordinárias e extraordinárias serão produzidas Atas, assinadas pelos presentes e disponibilizadas a todos os membros e demais interessados via intranet e internet, podendo ser solicitada cópia, em observância ao Princípio da Publicidade. As atas ficarão na unidade e à disposição dos Agentes de Inspeção bem como de qualquer outro interessado.

**Art. 4º** Os membros permanecem sujeitos aos direitos e deveres do Plano de Carreira da Secretaria de Estado de Saúde - SES/MT e do Estatuto do Servidor Público/MT.

**Art. 5º** Deverá existir inter relação entre a Superintendência de Gestão de Pessoas/Coordenadoria de Aplicação e Desenvolvimento/Gerência de Desenvolvimento e Qualidade de Vida (SGP/CAD/GDQV), a CLST do nível central e as CLST's das Unidades Desconcentradas e Regionalizadas.

**§ 1º** A Gerência de Desenvolvimento e Qualidade de Vida (GDQV) deverá orientar, monitorar, avaliar, e apoiar o processo de trabalho das CLST's setoriais.

**§ 2º** A Gerência de Desenvolvimento e Qualidade de Vida (GDQV) juntamente com o Centro Estadual de Referência de Saúde do Trabalhador (CEREST), estabelecerão agenda das reuniões ordinárias, que serão realizadas semestralmente com as CLST's – Setoriais, com a presença de no mínimo dois representantes de cada CLST, para avaliar os processos, participar de decisões, procederem encaminhamentos e realizarem outras ações que visem o fortalecimento e eficácia das CLST's setoriais.

**§ 3º** SGP/CAD/GDQV proporcionarão condições de acesso e espaço para realização dos trabalhos da CLST's.

**§ 4º** As CLST's setoriais deverão semestralmente encaminhar cópias das atas da reunião ordinária e extraordinária à Gerência de Desenvolvimento e Qualidade de Vida (GDQV), e disponibilizar aos demais trabalhadores interessados.

**Art. 6º Os recursos financeiros a serem aplicados na realização das ações pertinentes às CLST's serão previstos e assegurados no PTA da SUVSA/CEREST/MT.**

**Parágrafo Único. O planejamento das ações das CLST's, para definição da aplicação dos recursos a que se refere o "caput" será realizado em conjunto com a SGP/CAD/GDQV, SUVSA/CEREST.**

## **CAPÍTULO II**

### **Da Eleição e Mandato**

**Art. 7º Quanto ao Mandato e a Eleição dos Representantes:**

**I – O Mandato será de 01 (um) ano, permitida a reeleição por igual período;**

**II – Os membros eleitos serão empossados no primeiro dia útil após o término do mandato anterior;**

**III – Compete à diretoria da CLST convocar as eleições para escolha dos representantes, até 60 (sessenta) dias antes do término do mandato em curso;**

**IV – A unidade estabelecerá mecanismos para comunicar o início do processo eleitoral ao sindicato da categoria profissional;**

**V – O Presidente e o Vice-Presidente da CLST constituirão dentre seus membros, com no mínimo 55 (cinquenta e cinco) dias do início do pleito, a Comissão Eleitoral, que será a responsável pela organização e acompanhamento do processo eleitoral, exceto na eleição da primeira Comissão que será assessorada pela Gerência de Desenvolvimento e Qualidade de Vida/Superintendência de Gestão de Pessoas – GDQV/SGP e pelo Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador – CEREST;**

**VI – O processo eleitoral observará o Princípio da Publicidade, com a divulgação do edital em local de fácil acesso, e visualização de no mínimo 45 (quarenta e cinco) dias antes da data marcada para a eleição;**

**VII – A inscrição individual deverá ser realizada pelo período mínimo de 15 (quinze) dias antes da eleição, devendo a inscrição ser homologada pela Comissão Eleitoral;**

**VIII – A realização da eleição ocorrerá, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término do mandato anterior; em dia normal de trabalho, respeitados os horários e turnos que possibilite a participação da maioria dos trabalhadores do SUS;**

**IX – A apuração dos votos, no nível central da SES e unidades desconcentradas, deverá ser acompanhada por representantes da SGP/GDQV, SUVSA/CEREST e dos trabalhadores dos SUS, nas unidades regionalizadas será acompanhada por representantes de cada setor, em número a ser definido pela comissão eleitoral;**

**X – Poderá votar e ser votado o trabalhador do SUS efetivo integrante da Carreira dos Profissionais do SUS/SES/MT, em atividade laboral na unidade, independentemente do setor ou local de trabalho;**

**XI – Os representantes serão eleitos por maioria simples, em escrutínio secreto, do qual participem independente de filiação sindical, exclusivamente os trabalhadores da unidade;**

**XII – Os membros da Comissão Eleitoral não poderão concorrer aos cargos;**

**XIII – O candidato mais votado será o Presidente, o segundo será o Vice-Presidente, o Secretário e seu suplente serão eleitos entre os membros das CLST's;**

**XIV – Havendo participação inferior a 50% (cinquenta por cento) dos trabalhadores da unidade na votação, não haverá apuração dos votos e a Comissão Eleitoral deverá organizar uma nova votação que ocorrerá no prazo máximo de dez dias;**

**XV – As denúncias sobre o processo eleitoral deverão ser protocoladas na SGP/CAD/GDQV do Nível Central, até 15 (quinze) dias após a eleição dos novos membros, competindo à SGP, se confirmadas as irregularidades, determinar a sua correção ou proceder à anulação, quando for o caso;**

**XVI – Os documentos relativos à eleição deverão ser arquivados, permanentemente, por cada uma das CLST's, devendo estas encaminhar cópias a SGP/GDQV, que os manterão ativos pelo período mínimo de 05 (cinco) anos.**

## **CAPÍTULO III**

### **Do Direito de Representação**

**Art. 8º O Gestor da unidade garantirá aos representantes as condições de atuação na CLST, bem como no setor de sua lotação não descaracterizando suas atividades normais inerentes ao cargo/perfil e ainda a efetiva representatividade na discussão e encaminhamentos das questões inerentes à CLST.**

**Art. 9º É vedada a remoção ou disponibilidade arbitrária do trabalhador do SUS, desde o**

registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato, podendo o trabalhador do SUS renunciar ao cargo, por meio de solicitação expressa, assinada e dirigida à Superintendência de Gestão de Pessoas (SGP/CAD/GDQV).

**Parágrafo Único.** Não se aplicará a regra descrita no *caput*, quando ocorrer infração ao Estatuto do Servidor ou outra norma em vigor, que regulamente a matéria.

#### **CAPÍTULO IV** **Das Atribuições**

**Art. 10** Quanto às Atribuições da CLST's:

I – Identificar situações de risco do processo de trabalho e elaborar o Mapa de Riscos, com a participação do maior número de trabalhadores, e com a assessoria da SGP/CAD/GDQV;

II – Elaborar plano de trabalho anual de acordo com o Plano de Segurança de Saúde no Trabalho;

III – Participar da implementação e do controle da qualidade das medidas de prevenção e promoção necessárias, bem como da avaliação das prioridades de ações nos locais de trabalho;

IV – Realizar, periodicamente, vistoria das unidades para verificar as condições dos ambientes de trabalho visando à identificação de situações que venham trazer riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores;

V – Realizar, a cada reunião ordinária, avaliação do cumprimento das metas fixadas em seu plano de trabalho e discutir as situações de riscos que foram identificadas;

VI – Divulgar por meios de comunicação, aos trabalhadores do SUS, informações relativas à segurança e saúde do trabalho;

VII – Participar, junto a SGP/GDQV, Vigilância em Saúde e Controle Social das avaliações dos impactos das mudanças no ambiente e processo de trabalho relacionado à segurança e saúde dos trabalhadores;

VIII – Disponibilizar a SGP/GDQV e SUVSA/CEREST as atas das reuniões, ordinárias e extraordinárias, além de comunicar a necessidade de intervenções onde haja risco grave e iminente à segurança e saúde dos trabalhadores;

IX – Ter acesso às informações junto à, SGP/CAD/GDQV e SUVSA/CEREST, da análise das causas das doenças e acidentes de trabalho e propor medidas de solução dos problemas identificados;

X – Requisitar e analisar as informações sobre questões que interfiram ou possam interferir na segurança e saúde dos trabalhadores;

XI – Promover, anualmente, em conjunto com os outros setores e com o Nível Central, instituições afins e Controle Social a Semana Interna de Saúde do Trabalhador;

XII – Participar com diferentes setores da SES/MT de ações que visem à promoção da saúde de todos os trabalhadores desta Secretaria;

**Parágrafo Único.** O diagnóstico da vistoria das condições de ambientes de trabalho deverá ser encaminhado primeiramente ao Gestor/Superintendente/Diretor para providências cabíveis.

#### **CAPÍTULO V** **Da Capacitação**

**Art. 11** A SES/MT, através da SGP/CAD/GDQV e SUVSA/CEREST, juntamente com a gestão da Unidade, promoverão a capacitação dos membros das CLST's, titulares e suplentes, antes da posse, exceto para o primeiro mandato que deverá ocorrer no prazo máximo de trinta dias, contados da data da posse.

#### **CAPÍTULO VI** **Das Disposições Finais**

**Art. 12** As CLST's das Unidades receberão da SGP/CAD/GDQV orientação, monitoramento e avaliação visando à articulação e fortalecimento no âmbito da SES/MT.

**Art. 13** A comunicação de acidente no trabalho seguirá o fluxo estabelecido no Anexo II.

**Art. 14** São trabalhadores do SUS efetivos aqueles que ingressaram na SES/MT mediante concurso de provas ou de provas e títulos.

**Parágrafo Único.** Para efeitos deste Regimento são sinônimos os termos servidor e trabalhador do SUS.

**Art. 15 Os casos omissos serão analisados e decididos pela Comissão Local de Saúde do Trabalhador em conjunto com a SGP/CAD/GDQV e SUVSA/CEREST.**

**\* Os Anexos constantes deste Regimento Interno estarão disponíveis na Gerência de Desenvolvimento de Qualidade de Vida /Superintendência de Gestão de Pessoas**